

## O MFA NAS COLÓNIAS Do Congresso dos Combatentes ao 25 de Abril<sup>1</sup>

PEDRO DE PEZARAT CORREIA

### 1. Introdução

No estudo e divulgação do 25 de Abril, enquanto fenómeno sociológico complexo, nas suas diversas componentes militar, política, social, cultural, histórica, que vem sendo objecto de muitas e variadas abordagens, quer em Portugal quer no estrangeiro, continua a haver um espaço em aberto, que não tem merecido suficiente curiosidade aos investigadores. Trata-se da extensão e dinamização do Movimento das Forças Armadas (MFA) e do seu antecessor, Movimento dos Capitães, às várias colónias, nomeadamente às que constituíam teatros de operações na guerra colonial, e do papel que desempenharam, ou não, no crescimento, aprofundamento e consolidação daquelas organizações.

O ambiente nas colónias era ingrato e pouco favorável ao germinar de processos conspirativos no meio militar.

É certo que era aí que se estava em contacto directo com a guerra que veio a constituir o facto determinante que esteve na origem da contestação dos militares e até da sua consciencialização política. É certo também que foi aí que se tornou mais íntimo o contacto dos militares do Quadro Permanente (QP) com os seus camaradas do Quadro de Complemento (QC), os milicianos, que também contribuiu para o despertar das suas preocupações políticas.

Mas, inversamente, a guerra gerava um clima algo inibitório, na medida em que o questionamento de problemas políticos de fundo podia ser aproveitado pelo poder político e pelas hierarquias militares para levantar suspeitas, ou mesmo acusações, de divisionismo, afectação do moral das tropas, favorecimento do inimigo, todos os condimentos que justificassem o anátema da “traição”, a que os militares são particularmente sensíveis.

---

<sup>1</sup> Comunicação apresentada no II Colóquio Histórico “*Memórias do Quotidiano em História*”, Centro Regional das Beiras da Universidade Católica Portuguesa, Viseu, 20 de Abril de 1999.

Além disso, a movimentação clandestina iniciou-se através de reivindicações muito centradas em questões profissionais, relativas ao QP e, deste, apenas à classe de oficiais e a uma parte restrita: do Exército, dos postos de capitão e subalerno e dos que tinham iniciado as suas carreiras ingressando na Academia Militar (AM) como cadetes. Os militares do QC não se sentiam atraídos para uma luta que não lhes dizia respeito e alguns do QP, os que haviam ingressado na AM como oficiais milicianos e os do Quadro Especial de Oficiais (QEO), até se sentiam atingidos por ela.

Acresce ainda que, nas colónias em guerra, os capitães e subalternos estavam muito mais dispersos e com condições menos favoráveis para se juntarem e reunirem. Excluindo os casos particulares de Bissau, Luanda e Nampula, onde havia grandes concentrações de oficiais do QP oriundos da AM, mas onde não era significativo o número de capitães e subalternos, não havia grandes unidades do tipo que exigia elevada percentagem de oficiais do QP, como eram as escolas práticas, a Academia Militar, os institutos de formação de oficiais, os centros de formação de sargentos e de operações especiais, como havia na metrópole. Ao contrário do que acontecia aqui, eram difíceis as possibilidades de deslocamento para reuniões periódicas e regulares, cujas convocações exigiam uma certa confidencialidade, e nem sequer era fácil a manutenção de sistemas de ligação eficazes.

Estes serão, entre outros, alguns dos factores fundamentais que justificam que se considere relevante o facto de ter sido possível estender o movimento conspirativo às colónias, na medida em que enfrentou condições muito mais adversas e o facto de ter vindo a constituir, apesar de tudo, um contributo inestimável para o seu êxito.

Proponho-me, com esta reflexão, participar, com alguns elementos, para a investigação mais profunda que esta componente da história do 25 de Abril merece. Para já, porém, não passa de um ligeiro e modesto esboço, que abrangerá o período que vai desde a emergência das primeiras manifestações contestárias, até à conclusão dos acordos que formalizaram os termos para a transferência do poder nas várias colónias, isto é, até Janeiro de 1975.

## **2. O Congresso dos Combatentes**

Tenho frequentemente argumentado que o chamado “Congresso dos Combatentes”, que ocorreu no Porto entre 1 e 3 de Junho de 1973, constituiu, ironicamente, a mola impulsora do movimento que viria a culminar no 25 de Abril de 1974. É um daqueles casos

paradigmáticos em que, em linguagem popular, se diz que o feitiço se vira contra o feitiçeiro.

Com a entrada na década de 70, as contradições políticas, nomeadamente em torno da questão colonial, haviam transposto as fronteiras da situação que apoiava o regime e cavavam cisões no seu seio. Na extrema direita, os “ultras”, fiéis à memória de Salazar e agrupados em torno do presidente da República Américo Tomás, esforçavam-se por assegurar o imobilismo na manutenção da ditadura e do sistema colonial, o que passava pelo aprofundamento do esforço de guerra. Em contraste com este sector, a “ala liberal”, constituída por sectores tecnocráticos e representados por um grupo de jovens deputados que Marcello Caetano seduzira para compor a imagem da “primavera marcelista”, defendia uma abertura no sentido da democracia e uma solução política para a guerra colonial. Entre elas, o sector “marcelista” procurava dar sinais liberalizantes sem nada mudar no essencial, acabando por se limitar a algumas alterações semânticas mas ficando refém dos “ultras”.

É neste quadro que os sectores colonialistas mais radicais, através de alguns militares fora do serviço activo, do Quadro Permanente (QP), fisicamente diminuídos e do Quadro de Complemento (QC), na disponibilidade e com aqueles sectores identificados, decidem promover aquilo a que chamariam o Congresso dos Combatentes do Ultramar. Pela aprovação de conclusões no sentido da continuação da guerra e da manutenção do *statu quo* colonial, reforçariam os sectores radicais, comprometeriam Marcello Caetano, silenciariam a ala liberal, dariam uma imagem de firmeza para o exterior do país e reuniriam forças para combater a oposição que, na clandestinidade, se mostrava cada vez mais activa contra a guerra.

Foi na Guiné que alguns dos oficiais mais identificados com a contestação que Spínola vinha evidenciando contra a política colonial do governo, amadureceram a intenção de, em pleno congresso, confrontarem as teses e conclusões previsíveis. Ao aperceber-se dos riscos que a finalidade do congresso corria, o governo resolveu proibir aos militares em efectividade de serviço a participação no evento.

Mas esse núcleo de oficiais, depois alargado a muitos outros camaradas, já na metrópole, a maioria dos quais tinha passado pela Guiné, tomou a iniciativa de redigir um telegrama que viria a contar com mais de 400 assinaturas de militares do QP, dos 3 ramos das forças armadas em serviço na metrópole, na Guiné e em Angola - de Moçambique não se conseguiu obter as assinaturas a tempo, mas havia, obviamente, militares disponíveis para o fazerem - no qual

afirmavam: «*Não aceitam outros valores, nem defendem outros interesses que não sejam os da nação (...)*» e, a concluir: «*(...) se consideram e declaram totalmente alheios às conclusões do congresso, independentemente do seu conteúdo ou da sua expressão.*»

Era demasiado óbvio o significado político do conteúdo deste texto, até pelo alvo específico que visava, a política colonial. Mas dois outros aspectos com ele relacionados assumiam não menor significado: o facto de ser subscrito por militares presentes nas frentes de combate e o silêncio a que o poder se remeteu, denunciando a incapacidade de se confrontar com a contestação dos militares, quando bem organizada e fundamentada.

Os militares nas colónias marcaram presença, logo nos primeiros passos, precursores do que viriam a ser o Movimento dos Capitães e o Movimento das Forças Armadas.

### **3. O Movimento dos Capitães**

Ainda que não haja uma ligação formal entre o movimento de contestação ao Congresso dos Combatentes e o Movimento dos Capitães, é fácil encontrar-lhe raízes comuns, umnexo causal e até um aproveitamento, pelo segundo, do terreno lavrado pelo primeiro. Ambos radicam nas contradições geradas pela guerra colonial e na necessidade de o poder lhes fazer frente e no descontentamento ascendente no meio militar. A debilidade evidenciada pela hierarquia militar e pelo poder político face à manifestação colectiva contra o congresso, deu aos militares contestários a consciência da sua força, pronta a ser usada se e quando resolvessem avançar com processos mais radicais.

O governo não tardaria a oferecer-lhes essa oportunidade de mão-beijada. 40 dias depois do congresso, ao publicar o decreto-lei 353/73, de 13 de Julho, que visa solucionar a carência de capitães e subalternos do QP no Exército, através de medidas de recurso que os oficiais daqueles postos, que haviam ingressado na AM como cadetes, consideravam lesivas dos seus direitos. Gera-se de imediato um movimento de rejeição do decreto, que não pára quando, 1 mês depois, a 20 de Agosto, o governo procura emendar a mão com o decreto 409/73, mas que não corrigia o essencial do anterior.

A contestação assume formas organizadas e é também na Guiné que surge o primeiro documento, em 28 de Agosto, para recolha de assinaturas de adesão. Em 21 de Agosto já se esboçara o movimento organizativo na metrópole, vindo a realizar-se a primeira reunião perto de Évora em 9 de Setembro, onde é aprovada uma exposição para ser

subscrita pelos presentes. É este que é considerado o acto fundador do “Movimento dos Capitães”. Entretanto tinha já estabelecido as suas ligações com Angola e Moçambique, onde recebe um número significativo de adesões.

O núcleo de movimento em Angola vai então assumir algum protagonismo. É numa reunião em 21 de Setembro, em Luanda, que é decidido um importante salto qualitativo, ao aprovar-se o pedido de demissão de oficiais do Exército que, subscritos individualmente, seriam apresentados em conjunto e sob o mesmo modelo formal, no caso de se confirmarem os pressupostos e consequências daqueles decretos-lei. Seria esta medida radical decidida em Angola e os modelos dos pedidos de demissão aí aprovados, que viriam a ser adoptados pelos restantes núcleos do movimento e que viriam a atingir os importantes números de 368 na metrópole, 120 em Angola, 60 em Moçambique e 50 na Guiné, num total de 598. Dadas as já referidas dificuldades de ligação e reunião, deve considerar-se notável o número de adesões conseguido nas colónias.

É também em Angola e na Guiné que o movimento recebe um outro impulso qualitativo. Na altura o movimento já ultrapassava a mera contestação dos decretos e centrava-se na necessidade da recuperação e defesa do prestígio da instituição militar e dos seus membros. Era a ante-câmara para entrar no patamar da reivindicação política. Na reunião de 21 de Setembro, em Luanda e, pela mesma altura, em Bissau, levantaram-se as primeiras vozes que colocavam, como condição *sine qua non* para a recuperação do prestígio da instituição militar, que se dessem sinais de demarcação em relação ao poder político, por forma a deixar de ser olhada, pelo povo português, como um dos sustentáculos maiores da ditadura que o oprimia. E que receberam uma adesão muito favorável das assembleias. Era uma antecipação da introdução da componente política que viria a transformar o Movimento dos Capitães no Movimento das Forças Armadas.

Na metrópole, é só na reunião de 24 de Novembro, em São Pedro do Estoril, que se verificam intervenções com claro conteúdo político, se bem que agora já mais avançadas, propondo-se sem ambiguidades um golpe militar para derrube do governo e da ditadura. São ainda vozes isoladas, recebidas com prudência, mas de forma nenhuma abertamente rejeitadas.

É ainda nas colónias, agora em Moçambique, que se vai registar um novo avanço do movimento, despoletado por uma provocação de civis brancos, na cidade da Beira, nos dias 17 a 19 de Janeiro de 1974,

dirigida contra os oficiais, a quem culpam pelo avanço da FRELIMO, que começa a ameaçar as zonas de mais densa colonização do centro daquela colónia. Mas já em carta de 9 de Janeiro, 10 dias antes destes incidentes, remetida pelo núcleo do movimento de Nampula, se dizia, corajosamente, que «*No que concerne aos partidos emancipalistas, também aprendemos a olhá-los na sua verdadeira dimensão e nos habituámos a respeitar os seus guerrilheiros, com quem temos de combater mas nos negamos a chamar de bandleiros.*» Era uma linguagem ousada e pioneira, quando o movimento ainda não tinha entrado na sua fase assumidamente política.

Não foi, de forma nenhuma, nem secundário, nem meramente seguidista, o papel que os núcleos das colónias assumiram no Movimento dos Capitães.

#### **4. Movimento das Forças Armadas**

Com a já referida reunião de São Pedro do Estoril, em 24 de Novembro de 1973, o movimento inicia o seu trajecto para a politização, se bem que então ainda tenha adiado a assunção de objectivos políticos. Mas foi aí que, pela primeira vez, foi confrontado com essa opção, que veio a ser discutida, e derrotada, uma semana depois, a 1 de Dezembro, na reunião de Óbidos. A opção fica adiada mas a via tornou-se irreversível, vindo a confirmar-se em 5 de Março de 1974, na reunião de Cascais, quando foi aprovado o manifesto “O Movimento, as Forças Armadas e a Nação”, que constituiu uma afirmação inequívoca da intenção de intervir politicamente. Tratou-se, verdadeiramente, de um enunciado dos princípios em que iria assentar o futuro “Programa do Movimento das Forças Armadas”.

Neste período, e até ao 25 de Abril, o movimento das colónias perde algum contacto com o núcleo central e director da metrópole e compreende-se que assim tenha acontecido. Era na metrópole que o golpe de estado militar se iria preparar, num clima de rigorosa clandestinidade, e os militares são fiéis a um princípio fundamental da segurança das operações, que é a “necessidade de conhecer”. O êxito do planeamento reside, em grande parte, na manutenção do segredo, que obriga a que a informação detalhada sobre a acção só deva chegar àqueles que nela efectivamente participam. Nas colónias, os núcleos não entravam na composição e articulação das forças que constavam do planeamento. Seria desnecessário e, eventualmente comprometedor, montar uma rede de ligação tão ampla, dispersa e dificilmente controlável, sem qualquer benefício útil e que poderia mesmo pôr em risco o segredo e, portanto, o sucesso de toda a acção.

Aos núcleos do movimento nas colónias competia-lhe estar atentos e procurar controlar a situação depois do êxito na metrópole. Foi o que aconteceu, como veremos à frente.

Foi em Angola que o movimento mais se deixou atrasar quando da passagem ao MFA, não correspondendo ao dinamismo e, até, pioneirismo, que marcaram a sua actuação no nascimento do Movimento dos Capitães.

Na Guiné e em Moçambique o movimento foi sempre liderado por oficiais dinâmicos e que acompanharam a progressiva politização que se verificava na metrópole. Em Angola, em Janeiro de 1974, elegera-se uma nova comissão do Movimento dos Capitães. Nesta eleição, por uma questão de operacionalidade, optou-se por uma comissão composta exclusivamente por oficiais fixados em Luanda, que acabou por reflectir a condição de um número significativo de oficiais do QP daquela guarnição, com repetidas comissões voluntárias em Angola, já com a sua vida familiar e rede de relações implantada na sociedade da capital. Aí trabalhavam as suas mulheres, estudavam os seus filhos, consolidaram as suas amizades. Angola era a sua terra de adopção, mas enquanto integrada no espaço português e no sistema colonial que lhes conferia os inerentes privilégios.

Nada de semelhante se passava em Moçambique e Guiné, cujas “capitais” militares, sedes dos quartéis gerais, eram Nampula e Bissau, com condições de vida bem menos atraentes.

Esta segunda comissão do Movimento dos Capitães em Angola manteve-se preocupada, quase exclusivamente, com problemas de natureza profissional deixando, através dos comunicados que difundia para os núcleos do movimento espalhados por Angola, uma imagem excessivamente conservadora, que era recebida com desconfiança pelos oficiais que, por sua iniciativa, iam mantendo ligação com a metrópole ou com as outras colónias e tinham consciência da dinâmica política que o movimento assumia.

Com as demissões dos generais Costa Gomes e Spínola, a tentativa falhada do levantamento das Caldas da Raínha em 16 de Março e as prisões e transferências verificadas na metrópole, mesmo esses contactos se perderam e o movimento em Angola entrou numa crise de confiança.

Também houve, da parte do movimento na metrópole, uma excessiva despreocupação em relação aos núcleos das colónias, com quem deviam ter mantido canais de ligação mais activos, para que os núcleos das colónias não perdessem a sua motivação. A desmobilização nas colónias, dada a importância dos efectivos

existentes e a prontidão das unidades operacionais, podia ter representado um preço elevado. Felizmente alguns dos elementos mais activos mantiveram-se atentos e, com o 25 de Abril, renasceram.

### **5. 25 de Abril**

De uma maneira geral, os núcleos do MFA nas colónias tomaram conhecimento do desencadeamento do golpe de estado militar, do seu sucesso e até do Programa do MFA, pelos órgãos de comunicação social, nomeadamente pela rádio. Mesmo o núcleo da Guiné que, pela proximidade com a metrópole, foi o que se manteve sempre mais informado e conheceu previamente o Dia-D, por dificuldades de ligação de última hora acabou por só ter a confirmação através da radiodifusão. E foi de acordo com o estipulado no Programa do MFA que se formalizou a queda do poder nas colónias: *«Destituição dos governadores-gerais nas províncias ultramarinas (...) os governos-gerais das províncias ultramarinas serão imediatamente assumidos pelos respectivos secretários-gerais, investidos nas funções de encarregados do governo, até à nomeação de novos governadores-gerais, pelo governo provisório.»*

Isto é, ao contrário da metrópole, o MFA não assumia de imediato responsabilidades visíveis nas colónias. A excepção verificou-se na Guiné, onde aliás a disposição do Programa do MFA não se aplicava, porque não era uma província de governo-geral, mas sim de governo simples.

O MFA da Guiné constituiu, desde o princípio, uma equipa muito dinâmica e, como se disse, foi o único que foi mantido ao corrente do planeamento do golpe militar. No próprio dia 25 de Abril, o grupo de oficiais mais destacados do MFA assumiram o controlo da situação em Bissau e colocaram o governador e comandante-chefe perante o compromisso de anunciar a sua adesão ao Programa do MFA. Como recusasse, foi destituído e o governo assegurado interinamente por um oficial do MFA, até à chegada do novo governador nomeado pela Junta de Salvação Nacional (JSN), alguns dias depois.

Em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, também províncias de governo simples e, portanto, não sujeitas à aplicação automática da disposição do Programa do MFA, os governadores mantiveram-se em funções, em Cabo Verde até 7 de Agosto de 1974 e em São Tomé e Príncipe até aos finais de Julho de 1974.

A partir de meados de Maio estavam constituídas as comissões coordenadoras do MFA em todas as colónias, com elementos eleitos em assembleias dos respectivos ramos. O MFA estruturou-se por



forma a contar com comissões, ou delegados, a todos os níveis de comando até ao escalão companhia, com a missão essencial de constituírem órgãos de conselho e assessoria dos respectivos comandantes para assuntos relacionados com a dinamização do Programa do MFA.

Dadas as condições específicas das forças armadas nas colónias, em que muitas unidades dos escalões mais baixos não tinham qualquer oficial do QP, e o facto de os milicianos estarem no serviço militar a “tempo inteiro”, muitas das estruturas do MFA contaram com oficiais do QC, alguns mesmo do recrutamento local, o que marcou uma diferença em relação à metrópole.

A tarefa que inicialmente se colocou ao MFA, em todas as colónias, foi assegurar uma ligação íntima com a metrópole e proceder a uma vasta acção, junto de militares e civis, de esclarecimento e dinamização dos objectivos do 25 de Abril e do Programa do MFA.

Nos teatros de operações em guerra a sua acção foi particularmente ingrata, pois enquanto se procurava consciencializar os militares para uma nova realidade, em que um dos objectivos fundamentais era obter a paz, impunha-se manter a motivação para uma actividade operacional num quadro defensivo mas não estático, enquanto não se chegasse a situações de cessar-fogo com os movimentos de libertação. Tarefa que se confrontava com os ecos que chegavam da metrópole das palavras de ordem de efeito fácil, como o “nem mais um soldado para as colónias”, a que os militares mobilizados nas colónias eram sensíveis, até porque gerava dúvidas sobre as suas rendições quando atingissem o termo das comissões. Mas esta questão foi particularmente delicada com os militares e forças auxiliares do recrutamento local, que constituíam mais de 50% dos efectivos das forças armadas nos teatros de operações. Quando se tornou claro que a solução se encaminhava para a independência, tomaram consciência que estavam a combater do lado errado e isso constituiu um problema de difícil gestão.

Como meio de ligação e coesão interna e que viriam a ter um papel importante face às dificuldades de circulação, os núcleos do MFA lançaram os seus boletins, com objectivos formativos e informativos. Na Guiné, em 1 de Junho de 1974 publicava-se o primeiro número do Boletim Informativo da Guiné, em Angola, com data de 15 de Setembro, saía o primeiro número do Abertura e, em Moçambique, a 1 de Janeiro de 1975, nascia o Movimento e Revolução.

Entretanto, quando a situação social começou a agitar-se nas várias colónias, eram as estruturas do MFA permanentemente solicitadas para tentar gerir os conflitos, nomeadamente os laborais, dos quais, apesar da sua inexperiência nesta área, mas beneficiando da credibilidade que a sua acção libertadora lhe conferira, se saía, em geral, airoso.

Quando dos primeiros contactos que a JSN tentou junto dos movimentos de libertação, tornou-se claro que as negociações entravam num impasse e que a guerra não só prosseguia, como se agravava. Era um círculo vicioso das posições irreconciliáveis do presidente Spínola, que exigia que os movimentos aceitassem o cessar-fogo para se negociar o futuro estatuto das colónias, e as dos movimentos de libertação que exigiam que Portugal comesse por reconhecer o direito à independência e a legitimidade dos movimentos de libertação como representantes dos seus povos, para depois negociarem o cessar-fogo.

O MFA nas colónias em guerra era o mais sensível a este impasse, pelos reflexos do prosseguimento e agravamento dos combates e pela evidente dificuldade das forças portuguesas em aguentar o esforço de guerra durante muito mais tempo. As unidades militares, a nível local, com a cobertura do MFA, iam estabelecendo alguns contactos informais com os guerrilheiros, constatando-se, de parte a parte, o desejo de se chegar a cessar-fogos, o que foi mesmo conseguido em alguns casos pontuais. O MFA das colónias foi, assim, decisivo, pelas pressões que exerceu sobre a metrópole, para se sair do impasse, o que veio a verificar-se com a publicação da lei 7/74, de 27 de Julho, em que Portugal reconhecia o direito dos povos das colónias à independência.

A partir daqui, em estreita colaboração com a coordenadora do MFA da metrópole, com os governos locais e com o governo provisório na metrópole, então já com uma forte presença de militares do MFA, as estruturas do movimento nas colónias tiveram uma participação muito mais activa nas negociações que definiram os períodos de transição para as independências.

Talvez o papel mais importante que coube ao MFA nas colónias tenha sido o controlo das situações internas, por vezes em condições muito desfavoráveis, para impedir que se tivessem transformado em palcos da contra-revolução para inverter o processo democrático e a descolonização. Foi a acção firme do MFA em Angola que conseguiu forçar a substituição de Silvino Silvério Marques, primeiro governador-geral nomeado pela JSN e que nada se identificava com os

ideais do Programa do MFA. A sua permanência e eventual consolidação do seu poder, em Angola, poderiam ter constituído uma grave ameaça quando a instabilidade se agravou na metrópole, nomeadamente no 28 de Setembro de 1974 e no 11 de Março de 1975. Como foi também a firmeza do MFA que permitiu dominar as tentativas golpistas das minorias brancas, em Moçambique em 7 de Setembro de 1974, para impedir a aplicação do Acordo de Lusaka, e em Angola dos autodenominados Frente de Resistência Angolana (FRA) e Partido Cristão Democrático de Angola (PCDA), em Outubro de 1974, que tentavam prejudicar os acordos bilaterais de cessação das hostilidades já firmados com os 3 movimentos de libertação e que prepararam a cimeira que veio a ocorrer em Alvor em Janeiro de 1975. O êxito de qualquer destas tentativas de eventual declaração unilateral de independência pela minoria branca, que certamente contribuiria também para o sucesso das outras, às quais a Rodésia e África do Sul estavam atentas e prontas a apoiar, poderiam ter constituído um profundo revés para o próprio 25 de Abril em Portugal. As forças mais reaccionárias teriam encontrado aí um forte incentivo para tentarem um contra-golpe em Portugal, numa altura em que eram já visíveis as fissuras no seio do MFA, quando se confirmava a primeira cisão da ala spinolista.

Ao MFA de Angola se deve ainda ter-se conseguido, com êxito, conter algumas tentativas separatistas em Cabinda, que, a terem-se consumado, poriam em risco os entendimentos já firmados com os movimentos de libertação e mesmo os compromissos assumidos com a ONU e a OUA, que exigiam que na transferência do poder fosse respeitada a integridade territorial das colónias. Angola era sempre nomeada, “incluindo o enclave de Cabinda”.

Deve assinalar-se que, entretanto, foram sendo nomeados para as colónias governadores, ou altos comissários, saídos das fileiras do MFA ou gozando da sua confiança, o que melhorou a articulação entre as instâncias governativas e as coordenadoras locais do MFA, cujo papel foi largamente valorizado e ganhou uma nova dimensão.

## **6. Conclusão**

Numa breve síntese conclusiva, pode dizer-se que a evolução da contestação militar, que se iniciou com o Congresso dos Combatentes e foi até ao MFA, passando pelo Movimento dos Capitães, teve sempre uma expressão activa nas colónias e por vezes mesmo um certo protagonismo.

No acto concreto do 25 de Abril a sua acção foi quase nula mas, no pós-25 de Abril, viria a ter um papel decisivo. Num primeiro tempo, ao impedir que as colónias, com os fortes efectivos militares aí concentrados, pudessem constituir bases de resistência do regime deposto na metrópole. Num segundo tempo, ao pressionar no sentido de se romper com o círculo vicioso que bloqueava as negociações com os movimentos de libertação para um cessar-fogo na base do reconhecimento do direito à independência. Num terceiro tempo, ao impedir a instauração de regimes de minoria branca, nomeadamente em Angola e Moçambique, que se integrassem numa frente de *apartheid* na África Austral liderada pela África do Sul e que se constituíssem em bases de rectaguarda em apoio de tentativas contra-revolucionárias na metrópole.

Se é correcto afirmar que não foi relevante o papel do MFA nas colónias para a vitória do golpe de estado militar de 25 de Abril de 1974, correcto é também afirmar que foi muito relevante para que o 25 de Abril não viesse a ser derrotado nos vários contra-golpes que se seguiram.

## BIBLIOGRAFIA:

- ALMEIDA Diniz de, *Origens e evolução do Movimento dos Capitães*, Lisboa, Ed. Sociais.
- CARVALHO Otelio Saraiva de (1977), *Alvorada em Abril*, Lisboa, Livraria Bertrand.
- CERVELLÓ Josep Sánchez (1993), *A revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- FERREIRA, Hugo Gil e MARSHALL, Michael W., *Portugal's revolution: ten years on*, Cambridge, Ed. Cambridge University Press.
- Vários (1988), *História contemporânea de Portugal*, Vol 25 de Abril, Direcção de João Medina, Lisboa, Ed. Multilar.
- Vários (1989), *Portugal contemporâneo*, Vol 5, Direcção de António Reis, Lisboa, Publicações Alfa.
- Vários (1993), *História de Portugal*, vol. 8, Direcção de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Vários (1993), *História de Portugal*, vol. 14, Direcção de João Medina, Amadora, Ediclube.